

REPENSAR A PRÁTICA E POSSIBILITAR REFLEXÕES: BENEFÍCIOS DO USO DE DIÁRIOS REFLEXIVOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Aline Cristina Flávio da Silva ¹

RESUMO

Fazer da prática palco de reflexão pode ser o caminho para professores buscarem possibilidades de se contrapor a hegemonias do pensamento colonial europeu já bastante enraizadas nas práticas dos professores, permitindo não só a melhoria na própria atuação como docente, mas também possibilitando aos estudantes de licenciatura mais envolvimento com a futura profissão. Assim, este trabalho apresenta uma narrativa de prática em que a professora avalia a solicitação da produção de diários reflexivos (ANDRADE; ALMEIDA, 2018), propostos como atividade em uma disciplina de Bases pedagógicas da formação docente em uma universidade particular de Minas Gerais. Os diários foram escritos tendo por base a relação entre os textos “oitava e nona carta” de Paulo Freire do livro “Professora sim, tia não” e as vivências dos estudantes na trajetória enquanto alunos e futuros docentes. Tomando por base as contribuições de Maldonado-Torres (2019), Landulfo; Matos, 2022, González (2020) e Hunt (2009) dentre outros que buscam contribuir com o giro decolonial, é possível avaliar como os diários permitem aos estudantes/futuros professores expressarem seus questionamentos acerca das desigualdades que uma educação opressora, bancária e não aberta ao diálogo, como propôs Freire (1997), pode promover e como isso pode ser repensado. Os estudantes relatam como pensam a atuação deles enquanto futuros professores e indicam projetos dos quais já participaram e pretendem utilizar em suas futuras práticas como professores, dialogando com os alunos que tiverem como público.

Palavras-chave: Diário reflexivo; Decolonialidade; Prática docente

INTRODUÇÃO

Como bem apontam os estudos de Santos (2010) e Viola e Zenaide (2019), dentre outros, a visão eurocêntrica ainda é privilegiada na contemporaneidade, o que impacta sobremaneira o agir de professores e professoras na academia, sendo fundamental ceder lugar a novas práticas que viabilizem não apenas estar atento às contribuições dos estudantes, mas principalmente às trocas entre professores e alunos. Diante disso, este trabalho apresenta uma narrativa de prática em que se avalia dois diários reflexivos produzidos para a disciplina de Bases pedagógicas do trabalho escolar e prática docente do curso de Pedagogia em uma universidade de Minas Gerais, em que se buscou promover uma formação cidadã.

¹ Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, aline.flavio@estudante.ufjf.br

Os diários reflexivos solicitados pela professora pesquisadora ² trazem a relação entre os textos “oitava e nona carta” de Paulo Freire do livro “Professora sim, tia não” e as vivências dos estudantes durante a trajetória escolar. Eles relatam como pensam a atuação deles enquanto futuros professores e indicam projetos dos quais já participaram e pretendem utilizar em suas práticas quando forem professores, dialogando com os alunos que tiverem como público.

Para traçar um breve relato do surgimento do trabalho com diários reflexivos é importante situar a atuação da professora pesquisadora. A atuação se deu em contrato temporário para atuação no curso de Pedagogia, constando dentre as disciplinas para lecionar a de Bases Pedagógicas, cuja ementa é elaborada pelo professor atuante. Nesse sentido, em parceria com outras professoras do curso que lecionam a mesma disciplina em outros períodos, já que é ofertada do 1º ao 8º período, buscou-se debater obras sobre “reflexões sobre o trabalho docente” e dentre elas, a obra já citada de Paulo Freire associada a outros textos literários e multimodais, tais como o conto “Nóis mudemo” de Fidêncio Bogo; “Le Maison en petits cubes - Curta metragem de Kunio Kato” e “Uma Viagem para a Literacia Mediática”.

A proposta de trabalhar com diário reflexivo (ANDRADE; ALMEIDA, 2018) buscou levar os estudantes criarem uma relação mais íntima com os textos lidos no intuito de entrelaçar o que foi lido com as vivências deles enquanto alunos e alunas da educação básica. O diário tem essa função de resgatar memórias e fazer o produtor se questionar o que chamou atenção no texto lido e porque, e também como essa relação impacta suas vivências.

Nesse sentido, por se tratar do primeiro ano de contato com a disciplina Bases pedagógicas, nada melhor que iniciar levando o futuro pedagogo ter contato com a obra de Paulo Freire que o levaria a refletir o porquê da escolha do curso, qual o vínculo entre as experiências de estudante e o que se espera ao se tornar professor.

Ainda sobre a importância dos diários reflexivos, Andrade e Almeida (2018) consideram que eles contribuem com a formação profissional porque:

- São instrumentos para a prática de letramento.
- Auxiliam na interação do professor-pesquisador e professor-aluno, professor-professor, servindo também como espaço de demandas de professores e alunos.
- Desenvolvem a criticidade;
- Edificam o profissional;
- Relatam a prática dos autores empíricos;

² Optei por referir-me a mim mesma desta forma.

- Registram o desenvolvimento de professores em formação inicial ou continuada;
- Contribuem para a construção da identidade e transformação docente; Estimulam a reflexão e autoanálise.
- Facilitam a identificação dos problemas didáticos.
- Incentivam a autonomia docente. (...) (Andrade; Almeida, 2018, p.99)

METODOLOGIA

Segundo Mason (2006), a pesquisa qualitativa nos permite entender a dinâmica das mudanças e dos contextos sociais, explorar contornos situacionais e estabelecer estratégias. Nesse sentido, esta pesquisa se classifica como qualitativa, pois busca uma compreensão aprofundada das opiniões e motivações dos indivíduos envolvidos na pesquisa. Além disso, conforme pontua Ninin (2013, p.45) “Tem relação estreita com a dialética; a realidade é vista como dinâmica, histórica e socialmente construída em situações de interação vivenciadas pelo sujeito”.

Em relação aos objetivos, a referida pesquisa se define como exploratória, uma vez que se busca ampliar mais as discussões acerca do assunto pesquisado. Já acerca dos procedimentos, caracteriza-se como um estudo de caso. Busca-se conhecer melhor e refletir sobre a prática de modo a obter uma atuação pedagógica mais eficiente. Conforme Fonseca citado por Gerhardt e Silveira:

() O estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (Fonseca, 2002, p. 33 apud Gerhardt e Silveira, 2009, p. 39).

Nesse sentido, a pesquisa buscou avaliar o ponto de vista dos participantes em relação à prática deles e às leituras feitas durante a disciplina. Há que se destacar que, a produção dos diários foi feita para todos os estudantes da disciplina já mencionada, sendo um trabalho avaliativo. No entanto, para este trabalho foram selecionados apenas dois que se destacaram mais dentro do que fora proposto.

Os dois diários analisados foram enviados em formato de áudio, sendo uma forma permitida pela professora de modo a oferecer aos estudantes mais de uma possibilidade de expressar seu saber, pois delimitar a entrega do trabalho somente pelo texto escrito não dialogava com a proposta de língua/linguagem que atravessava a prática da professora, pautando-se em uma proposta tanto decolonial (Mignolo, 2017; Maldonado Torres, 2019;

Césaire, 2020) quanto com base em uma linguística aplicada indisciplinar (Moita Lopes, 2006), que entende a urgência de sermos “pesquisadoras transgressoras do sistema mundo patriarcal/machista /racista /transfóbico/misógino/capitalista/colonial/moderno/europeu” (Landulfo; Matos, 2022, p.14).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro diário foi intitulado “Um olhar especial – Análise do diário 1”. Inicialmente, a estudante demonstra o reconhecimento dela enquanto sujeito, o que logo nos remete à visão de inexistente que a lógica colonial implantou na formação dela. Como aponta Maldonado-Torres “O “Penso, logo existo” não esconde somente que os “outros não pensam”, mas que os “outros não existem” ou não têm suficiente resistência ontológica, como menciona Fanon em *Peles negras, máscaras brancas* (Maldonado-Torres, 2007 apud Maldonado-Torres, 2019, p. 12). Ademais, é possível apontar ainda a sétima tese da decolonialidade, do mesmo autor: “Decolonialidade envolve um giro epistêmico decolonial, por meio do qual o condenado emerge como questionador, pensador, teórico e escritor/comunicador”, segundo a qual é necessário trazer a voz do condenado, seus questionamentos e é justamente o que apresenta a fala da estudante futura professora:

Eu me emocionei com o relato da professora de também se emocionar com a leitura dos diários, porque me senti alguém especial, eu não sou um aluno a mais, sou uma pessoa especial, ela conhece a minha história, conhece meus sentimentos e isso faz um elo muito especial entre professor e aluno. (DIÁRIO 1)

A estudante aproveita a oportunidade de produção reflexiva para expressar como se sentiu ao produzir, indicando uma mudança na forma como se sente enquanto discente. Tal relato dialoga com a proposta de possibilitar novas narrativas. Como aponta Maldonado-Torres:

A crítica decolonial encontra sua âncora no corpo aberto. Quando o condenado comunica as questões críticas que estão fundamentadas na experiência vivida do corpo aberto, temos a emergência de um outro discurso e de uma outra forma de pensar. Por essa razão, a escrita para muitos intelectuais negros e de cor é um evento fundamental. A escrita é uma forma de reconstruir a si mesmo e um modo de combater os efeitos da separação ontológica e da catástrofe metafísica. (Maldonado-Torres, 2019, p.55)

Na possibilidade de apresentar uma artesanaria, entendida aqui como mudança de atitude, enquanto futura professora, a estudante continua o diário apresentando suas reflexões acerca da proposta freireana:

A oitava carta nos diz como devemos aceitar as pessoas como elas são, sem inferiorizar, sem deixar de lado e que a escola democrática não é aquela que só o professor manda e o aluno mantém a disciplina. Paulo Freire diz que a escola é um lugar que promove a diferença, a verdadeira diferença. Temos a nossa identidade cultural, por exemplo nossa cor e raça, nossa língua, música, dança, costumes, limitações. Cidades com poucos quilômetros de distância e há diferenças na forma de falar. Somos a junção daquilo que herdamos com o que adquirimos. Como diz Paulo Freire em sua carta, é importante conhecer a criança, a história de vida dela, suas expectativas, o contexto em que ela está inserida, o contexto socioeconômico. (DIÁRIO 1)

Esse respeito à diversidade dialoga com o proposto por Lélia Gonzalez (2020) quando aponta a importância de observarmos a tentativa de apagamento da presença da história dos negros no meio educacional. A autora faz referência a Abdias do Nascimento esclarecendo que:

O sistema educacional é usado como aparelhamento de controle nessa estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro — elementar, secundário, universitário — o elenco das matérias ensinadas [...] constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa e, mais recentemente, dos Estados Unidos. Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinados nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra. (Abdias do Nascimento apud González, 2020, p. 32)

Portanto, a reflexão da estudante acerca da visão freireana mostra como é fundamental o professor reconhecer a história de seus alunos de modo a descontinuar essa visão segregadora que o ensino ainda evoca como aponta González. Ademais, como também alerta Souza (2016) ao recordar a fala da escritora nigeriana Adichie, os grupos socialmente minorizados “têm na escola a invisibilização de sua história” (p.69), sendo fundamental que o professor tenha consciência de buscar práticas decoloniais.

Também nessa direção, Lynn Hunt (2009) nos convida a pensar os direitos humanos com novas narrativas e relatos. A autora também acredita que os relatos de tortura e romances possuem um impacto nos leitores capazes de promover empatia. Segundo ela “Os novos tipos de leitura (e de visão e audição) criaram novas experiências

individuais (empatia), que por sua vez tornaram possíveis novos conceitos sociais e políticos (os direitos humanos)” (p.32). Nesse sentido, é possível pensar que a estudante sentiu empatia e identificação com o texto lido, de modo a refletir sobre os direitos humanos e o agir docente como pode ser visto na transcrição da fala dela exposta a seguir:

Na oitava carta conta-se a história de Dois ou três anos atrás, dois professores da UNICAMP, o físico Carlos Arguelo e o matemático Eduardo Sebastiani Ferreira, eles participaram de um encontro universitário no Paraná. No caminho, eles encontraram num campo abandonado um grupo de crianças empinando papagaio. Sebastiani pergunta a um garoto quantos metros de linha ele costuma soltar para empinar o papagaio. O menino responde que era mais ou menos cinquenta metros. O professor então pergunta se ele sabe calcular para saber que solta mais ou menos cinquenta metros de linha. O garoto responde que de dois em dois metros mais ou menos, ele faz um nó na linha, a linha vai correndo na mão e ele vai contando os nós, por isso ele sabe quantos metros tem de linha solta. O matemático perguntou: “E em que altura você acha que está o papagaio agora?”. “Quarenta metros”, disse o garoto. “Como você calculou?”, perguntou o professor. “No quanto eu dei de linha e na barriga que a linha fez”, disse o garoto. O professor então entendeu que aquilo era um problema fundado na Trigonometria ou por semelhança de triângulos”. Então o garoto sabia aquilo na prática, mas não sabia colocar no papel. “Houve aí um raciocínio de graus” que o menino não sabia, mas sabia na prática. Freire (1997) então nos orienta “a escola democrática não apenas deve estar permanentemente aberta à realidade contextual de seus alunos, para melhor compreendê-los, para melhor exercer sua atividade docente, mas também disposta a aprender de suas relações com o contexto concreto” (p.67). Enquanto preparo o diário na sala, no computador, ouço meu marido treinando as músicas que mais gosta, em volume baixo para não me atrapalhar. Ele é cantor, mas trabalha como motorista. Cursou até quarta série, mas conhece as notas perfeitamente, sem nunca ter feito curso de música. Ele consegue acompanhar qualquer música com o violão ainda que nunca tenha ouvido. **Assim como o menino da pipa, ele conhece a prática, porém não conhece a teoria.** Ele teve muita dificuldade na escola. Será que se tivessem visto o dom que ele tem como cantor, como músico e tivessem usado uma pedagogia diferente com ele será que ele **teria ido além da quarta série de grupo? Hoje ele** tem dificuldades ainda para escrever, para ler e interpretar, mas na música ele dá um show. (DIÁRIO 1, grifo meu)

Nota-se a relação que a futura professora estabeleceu entre a narrativa exposta por Freire e a situação do esposo dela, indicando empatia pela narrativa e identificando a falta de um agir docente que reconheça a historicidade de cada aluno. A análise da estudante dialoga com a visão de interculturalidade crítica, que conforme Walsh (2009) “se preocupa também com a exclusão, negação e subalternização ontológica e epistêmico-cognitiva dos grupos e sujeitos racializados; com as práticas – de desumanização e de subordinação de conhecimentos – que privilegiam alguns sobre outros (...)”. Justamente por isso que a autora nos chama a atenção para entender a interculturalidade como

“processo e projeto dirigido à construção de modos “outros” do poder, saber, ser”. O que permitirá ainda:

assinalar a necessidade de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que diferencialmente posicionam grupos, práticas e pensamentos dentro de uma ordem e lógica que, ao mesmo tempo e ainda, é racial, moderno-ocidental e colonial. Uma ordem em que todos fomos, de uma maneira ou de outra, participantes (WALSH, 2009, p.24)

É com essa visão questionadora que os futuros professores precisam chegar na escola, buscando questionar, transformar, sacudir, rearticular e construir. Já dizia Freire na obra “Pedagogia do oprimido” acerca da relação prática educativa como uma prática política, pois a educação pode e precisa ser denunciadora da dominação. Também conforme Coscarelli e Corrêa (2021, p.26) “espera-se que uma visão hegemônica e de supremacia de uma minoria seja substituída por uma visão mais complexa e plural de nossa sociedade, estimulando, dessa forma, o respeito e a valorização da diversidade.”

O segundo diário que irei intitular “Frutos de projetos – Análise do Diário 2” apresenta uma amostra do que uma prática decolonial pode proporcionar aos estudantes e como é essencial produzir um espaço de construção de conhecimento que estimula o pensamento crítico e autonomia dos alunos no processo de ensino-aprendizagem:

A proposta dos textos é mostrar como trazer a prática pedagógica para uma concepção realista (...) não é só transmissão de conhecimento do professor para o aluno, mas uma troca constante entre os alunos e o docente e comunidade escolar. Pensando nisso pensei muito em minhas experiências enquanto docente no Pronatec, tive algumas também no ensino médio pegando aula de Filosofia na rede estadual de ensino. Hoje além da minha prática na política de assistência social, que é uma política que se relaciona com a política pública de educação, também sou estagiário do IFMG e observo no meu cotidiano como essas práticas pedagógicas, esse processo de ensino-aprendizagem que se aproximam da realidade das vivências cotidianas desses alunos são mais efetivas para garantir o aprendizado dos mesmos. Um exemplo é um projeto que desenvolvi no CRAS, que é do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos juntamente com a comunidade rural quando eu trabalhava como psicólogo do CRAS. Tínhamos um projeto em parceria com a educação, com a escola rural lá no município, onde a gente ofertava no contraturno escolar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos. A gente debatia temas transversais do universo daqueles alunos que estavam ali naquela realidade e a partir daquele debate a gente criava propostas de ensino-aprendizagem próximas daquele contexto. Assim foi possível desenvolver dentro da disciplina Sociologia e Filosofia um trabalho voltado para a questão de identidade de gênero e diversidade sexual dentro do contexto escolar. Em parceria com a disciplina de Ciências do Fundamental e de Biologia do Ensino Médio foi possível criar uma horta comunitária, que

era muito próxima daquela realidade. Os pais contribuíam, cultivando alimentos ali daquela comunidade e esses alimentos serviam de lanche para os estudantes. Identificávamos as demandas deles como essa questão da sexualidade que era um ponto relevante para eles, a prática do bullying, coisas que eles estavam vivenciando. Também foi possível trabalhar a questão da valorização cultural ali da localidade rural. Criamos uma cartilha com as festas religiosas da comunidade, constando também algumas receitas passadas de geração em geração, algumas lendas e chamamos essa cartilha de “Reconhecendo e valorizando a vila”. Através dessa identificação e aproximação da realidade e de demandas que eles vivenciavam na relação diária a gente conseguia embutir isso no conteúdo teórico na educação e ofertar um espaço de ensino-aprendizagem autônomo ao mesmo tempo crítico e atravessado nas relações deles, próximo do cotidiano e das vivências deles. (DIÁRIO 2)

Esse diário mostra como o estudante que já atuou na escola, antes do término da graduação em Pedagogia, já consegue propor caminhos epistêmicos de reflexão, indicando a potencialidade de uma “atitude decolonial” (Maldonado-Torres, 2019). As atuações dele permitiram dar voz aos estudantes de questões que eram deles e não levadas ao acaso como costuma ocorrer no ambiente escolar. Como bem apontam Cadilhe e Leroy (2020):

Discutir, didatizar e analisar práticas supervisionadas cujos temas atravessam tópicos emergentes como as sexualidades, os gêneros, as raças/etnias, as gordofobias, etc. pode ser uma possibilidade de travessia por caminhos outros em que seremos guiados pelos “suleares” e não mais pelos norteares. (Cadilhe; Leroy, 2020, p.254)

Nesse sentido, trazer as demandas dos estudantes possibilita fazê-los sentirem-se pertencentes a um debate do qual muitas vezes não puderam participar. Como bem pontua Landulfo e Matos (2022), é fundamental que “os letramentos de sobrevivência sejam, de fato, compreendidos para que possamos ver com olhares outros, que partem do corazonar e do sentipensar” (p.15). Aqui o termo “sentipensar” criado pelo sociólogo colombiano Orlando Fals Borda, segundo Landulfo e Matos “desafia o status quo eurocêntrico, positivista e tradicional do pesquisador, pois para ele, coração e mente estão ligados a fim de enfrentar os altos e baixos das travessias libertadoras”. (p. 86). Portanto tais letramentos permitem aos estudantes repensar seus (entre)lugares na vivência escolar.

Nesse viés de proposta decolonial, é importante destacar que a discussão de interesse dos alunos apontado no diário retoma a Terceira tese da decolonialidade “Modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/coloniais de raça, gênero e diferença sexual”, o que mostra a possibilidade de levar os alunos a entenderem que seus questionamentos

dialogam com a importância de entender o tratamento imposto ao colonizado, porque são despojados de seu gênero e sexualidade. Segundo Maldonado-Torres (2019) era “típico nas guerras ocidentais, os corpos dos inimigos masculinos e femininos são interpretados diferentemente” (p.45).

É importante destacar ainda que o diário 2 é uma narrativa, a qual pode ser vista como uma performance segundo Moita Lopes (2009) e Silva (2014) (apud Lopes; Facina, 2019), o que permite dar novos sentidos para o que vivenciou. Nota-se assim que o estudante por já ter uma graduação em Psicologia constitui o discurso com mais compreensão da necessidade dos vínculos entre as instituições na promoção de uma vivência mais rica no contexto escolar. Quando o estudante diz “Também foi possível trabalhar a questão da valorização cultural ali da localidade rural.”, ele entende como propõe Lopes e Facina (2019), que a escola não pode ser vista como a única agência de letramento, mas ela pode possibilitar a ampliação do conhecimento já existente para promover mais interação, engajamento.

Nesse sentido, a narrativa dialoga com a proposta da Pedagogia dos Multiletramentos, principalmente no aproveitamento dos recursos já existentes naquela localidade como a produção da horta comunitária, pois segundo Coscarelli e Corrêa (2021), essa pedagogia:

nos convida também a pensar em aulas menos tradicionais, menos centradas em conteúdo e mais centradas no aluno, no desenvolvimento de habilidades, em sua capacidade para compreender as situações e encontrar soluções. Nesse contexto, a interdisciplinaridade é fundamental, promovendo a conexão entre saberes de vários domínios e áreas do conhecimento para analisar e solucionar problemas e situações. Seria produtivo também que fosse explorada a aprendizagem em diferentes espaços e eventos além da sala de aula, como museus, praças, (...), o que mostraria aos estudantes, que a aprendizagem é um processo constante e sem necessariamente lugar nem hora previamente definidos (Coscarelli; Corrêa, 2021, p.29)

Portanto, a reflexão exposta nos diários aqui apresentados indica como os futuros professores estão vivenciando esse desafio que a pedagogia do letramento evoca e o que é necessário para promover uma formação cidadã. Como bem aponta Cadzen “Precisamos ser proficientes ao negociar os muitos estilos de vida que habitam cada um de nós e os muitos estilos de vida que encontramos em nossa vida cotidiana.” (Cadzen, 2021, p.30).

Por fim, é possível pontuar que a escrita dos diários ofereceu aos estudantes reverem suas vivências não apenas como futuros professores, mas também como seres

humanos que reconhecem a relação entre a prática docente e os direitos humanos, necessidades e diálogos que perpassam toda a humanidade. Ademais, ofertar aos estudantes a possibilidade de fazer o diário em formato de áudio deu a eles mais liberdade para relatarem suas angústias e experiências e sentirem-se participantes de uma prática docente mais dialógica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. L. C. D.; ALMEIDA, P. V. Diários reflexivos: um instrumento relevante no processo de transformação e desenvolvimento profissional docente. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, jan./jun. 2018. p. 94-106. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/educacaoelinguagens/article/viewFile/1628/1118>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

CADILHE, A. J.; LEROY, H. R. Formação de professores de língua e decolonialidade: o estágio supervisionado como espaço de (re) existências. **Calidoscópico**, v. 18, p. 250-270, 2020.

CAZDEN et al. **Uma pedagogia dos multiletramentos**. Desenhando futuros sociais. (Orgs. Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Trad. Adriana Alves Pinto et al.). Belo Horizonte: LED, 2021.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COSCARELLI, C. V.; CORRÊA, H. T. As boas influências: Pedagogia dos Multiletramentos, Paulo Freire e BNCC. **Revista Lin-guagem em foco**, v.13, n.2, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não**. 8ª edição. São Paulo: Olho d'água. 1997.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HUNT, L. **A invenção dos direitos humanos – Uma história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

LANDULFO, C.; MATOS, D. (Org.). **Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas: Pontes, 2022.

LOPES, A. C.; FACINA, A.; SILVA, D.N. **Nó em pingo d'água: sobrevivência, cultura e linguagem**. Rio de Janeiro: Mórula; Florianópolis: Insular, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, N. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MASON, J. Mixing methods in a qualitatively driven way. **Qualitative Research**. v. 6 (1) 2006, p. 9-25.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]., vol.32, n.94, 2017.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) **Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 279 p.

NININ, M. O. G. **Metodologia de pesquisa em Letras: guia de estudos** / Maria Otilia Guimarães Ninin. – Lavras: UFLA, 2013. 97 p.: il.

SANTOS, B.S. & MENESES, P. (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, A. L. Linguagem e letramentos de reexistências: exercícios para reeducação das relações raciais na escola. **Revista Linguagem em Foco**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 67–76, 2019.

VIOLA, S.; ZENAIDE, M. de N. T. Educação em Direitos Humanos na América Latina e Brasil: princípios e desafios em tempos de restrição de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 7, p. 85-105, 2019.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re existir e re-viver. In CANDAU, V. M. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.